

UM CAMINHO SETECENTISTA DOS GARIMPEIROS PARA A BAHIA, UM PARQUE FLORESTAL NA ATUALIDADE: DEBATES POSSÍVEIS SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL E A MEMÓRIA EM DOIS MOMENTOS DE OCUPAÇÃO DE UMA SERRA DIAMANTINA EM MINAS GERAIS

*Carla Cristina Oliveira Silva**

*Ivana Denise Parrela***

RESUMO

Este artigo discute a relação estabelecida com o espaço pelos moradores de parte da Serra do Espinhaço, ao Norte de Minas Gerais, em dois momentos distintos: em fins do século XVIII, quando da ocupação da Serra pelos primeiros garimpeiros de diamantes, e em fins do século XX, quando parte da região transformou-se no Parque Estadual de Grão Mogol. Discute, ainda que de forma incipiente, como esses dois momentos históricos se articulam como referências na memória dos moradores da área delimitada pelo novo Parque. Busca-se verificar se os moradores que atualmente lutam para permanecer no espaço do Parque se identificam como descendentes daqueles que participaram da ocupação original, no século XVIII, ocorrida à margem das regras impostas pelo então Império Português colonial.

PALAVRAS-CHAVE: *Garimpo de diamante. Parque Estadual de Grão Mogol. Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu. Serra do Espinhaço.*

Este número de *Politeia: História e Sociedade*, dedicado à ocupação de territórios interiores, nos estimulou a pensar na relação estabelecida com o

* Especialista em Recursos Hídricos e Ambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui vínculo profissional, na condição de gerente, com o Parque Estadual de Grão Mogol, com sede em Montes Claros (MG).

** Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em História pela UFMG. Email: ivanaparrela@ufmg.br; ivanaparrela@gmail.com.

espaço pelos moradores de parte da Serra do Espinhaço, ao Norte de Minas Gerais, em dois momentos distintos: em fins do século XVIII, quando da ocupação da Serra¹ pelos primeiros garimpeiros de diamantes, e em fins do século XX, quando parte da região transformou-se em Parque Estadual de Grão Mogol por meio do Decreto de criação nº 39.906/1998, alterado pelo Decreto nº 45.243/2009, que definiu um novo perímetro para o Parque. Neste artigo, pretendemos discutir, ainda que de forma incipiente, como esses dois momentos históricos se articulam como referências na memória dos moradores da área delimitada pelo novo Parque. Esses moradores – que hoje lutam para se manter no espaço do Parque – se identificam com a ocupação centenária do território, ocorrida fora das regras do Império Português colonial?

Para dar conta de tal objetivo, recuperamos primeiramente alguns dos resultados levantados por Ivana Parrela (2009) sobre a região e a ocupação colonial do espaço. Em seguida, apresentamos parte de nossas pesquisas sobre a relação dos atuais moradores com o Parque e procuramos, ainda, tecer considerações sobre como a população incorpora, ou não, à sua memória, em suas relações com o território demarcado, esse passado de garimpo clandestino.

Acreditamos que o tema proposto no artigo deva servir como um convite ao debate com os colegas baianos sobre as nossas estreitas relações políticas e culturais desde o período colonial, pois as pesquisas apontam para um intenso trânsito de homens e de memórias pelos caminhos que ligavam essa porção da Serra do Espinhaço àquela que seria ocupada por garimpeiros em busca de diamantes, no século XIX, na região de Lençóis. Ambas, no caminho que levava ao contrabando, pelas bandas de Belmonte, onde o Rio Jequitinhonha se encontra com o oceano.

A SERRA E SUA OCUPAÇÃO COLONIAL

No imaginário do homem setecentista, de acordo os documentos consultados sobre a Serra, o relevo desempenhava fator diferencial. Tal constatação não é surpreendente, uma vez que as serras eram reconhecidas como palco de desordens, covis de bandidos, antros de vadios.

W. Dean, em sua análise sobre a devastação da Mata Atlântica, aponta a própria floresta como personagem principal de seu processo

¹ “Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu” era a denominação, no século XVIII, do espaço que é tratado, neste trabalho, como “Serra”, mesmo levando em consideração que hoje a região recebe vários nomes em suas subdivisões.

de transformação. Para ele, “um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações” (DEAN, 1996, p. 83). Esse protagonismo da natureza também está presente em nosso cenário. Nas descrições da Serra, sua cobertura vegetal, de “capoeiras e catingas”, entremeadas de veredas, podia também ser associada à “morada do diabo”, como pretendiam fazer crer os jesuítas do século XVII ao descreverem as matas virgens (DEAN, 1996, p. 76). Para a imensa camada de “pés-rapados” das minas, porém, as serras e sua cobertura vegetal significavam liberdade.

Acreditamos que, com o auxílio de conhecimentos geográficos, é possível redimensionar o fazer histórico e pensar a história regional, incorporando as dimensões sociais e temporais daquele espaço, recuperando os diferenciais característicos daquele ambiente natural e, ao mesmo tempo, destacando aquilo que enquadra esses espaços remotos do sertão no contexto da administração colonial portuguesa. Tal postura permite-nos visualizar com mais facilidade a relação da população que ocupava o espaço com o restante da Capitania. Considere-se também que, para as autoridades, as áreas mineradoras – a descrição de suas riquezas e a sua própria localização precisa – deveriam ser tratadas como segredo de Estado, mesmo levando-se em conta as limitações técnicas de seus cartógrafos e analistas.

José Augusto Drummond (1991, p. 181) defende que é preciso efetuar um recorte cultural e político à região estudada, mas sem desconsiderar as suas particularidades físicas e ecológicas. Ao enfatizar áreas específicas, a história ambiental facilita a focalização de processos que se desenvolveram nos limites daquelas áreas naturais geograficamente circunscritas. As especificidades que caracterizam o espaço da Serra contribuíram para que as relações sociais se desenrolassem ali, e não em outras partes, de forma duradoura.

Neste sentido, pretendemos enfocar as especificidades do espaço – a Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu – que permitiram a sobrevivência dos conflitos entre garimpeiros, contrabandistas e extraviadores, de um lado, e as tropas do governo, de outro, por mais de três décadas. Desde já, faz-se necessário lembrar que, como bem caracterizou dom Rodrigo de Meneses, em 1782, a Serra poderia se tornar “o teatro de uma guerra intestina”² se nada fosse feito pela Coroa para conquistar aquele espaço.

² Arquivo Público Mineiro (APM). Seção Colonial (SC). Códice (Cód.) 224, fl. 140.

Eric Hobsbawm, em seu clássico estudo **Bandidos**, tenta caracterizar os locais mais prováveis para o florescimento do banditismo social, mesmo advertindo a existência de grandes variações, de região para região;

Tais variações se devem em parte à geografia, em parte à tecnologia e à administração, e em parte à estrutura social econômica. O banditismo floresce quase invariavelmente em áreas remotas e inacessíveis, tais como montanhas, planícies não cortadas por estradas, áreas pantanosas, florestas, ou estuários, com labirintos de ribeirões, e é atraído por rotas comerciais ou estradas de grande importância, nas quais a locomoção dos viajantes [...] é lenta e difícil (HOBSBAWM, 1976, p. 14).

Some-se a esses elementos apresentados por Hobsbawm a ineficiência administrativa e burocrática do governo para controlar essas paragens.

Tal caracterização é bastante próxima daquela apresentada pela documentação produzida sobre a Serra. Aquele maciço, à beira de um “rio diamantino”, o Itacambiraçu, por íngreme, acabou sendo menosprezado pelas autoridades metropolitanas. Pelas prospecções feitas em córregos que vertem da Serra para o rio, pode-se supor que suas nascentes, no topo da Serra, sequer foram pesquisadas. As descrições frisam os “lageados dificultosos” e os “janelões traiçoeiros” como justificativa para a sua não exploração.³ No entanto, outros documentos comprovam que a fiscalização de uma serra produtora de riquezas, à tamanha distância da administração central diamantina, se fazia difícil.

Para Hobsbawm (1976), as montanhas constituem um mundo comum a homens que vagueiam como seminômades, que não se dedicam ao trabalho nas plantações, mas vivem solitários ou em bandos armados, como mascates ou contrabandistas, com mobilidade para o exercício de ações como o garimpo clandestino, o contrabando ou o descaminho da riqueza produzida.

Dois explicações polêmicas, apontadas por Hobsbawm, eram também frequentemente utilizadas pelas autoridades setecentistas para abordar o tema da presença de elementos “marginais” na Serra: pela primeira, afirmava-se uma estreita associação entre o sistema de administração opressivo e a insatisfação decorrente desta opressão; pela segunda, argumentava-se pela existência de uma tendência do banditismo tornar-se endêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica. Mesmo ponderando-se que “só um cuidadoso estudo regional

³ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Cx. 99, doc. 15.

pode mostrar por que o banditismo era endêmico em certas áreas e débil em outras partes do mesmo país ou da mesma região”, Hobsbawm (1976, p. 15) destaca estes fatores como fundamentais para o florescimento do banditismo e da violência. Já em 1775, o intendente geral dos diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça, associava a sanha dos garimpeiros à grande fome que atingiu o Distrito Diamantino no ano anterior, argumento que também seria considerado legítimo por Mata Machado Filho (1957, p. 60) ao caracterizar a sua administração.

O ambiente natural da Serra que enfocamos aqui é relativamente homogêneo e bastante parecido com outras partes da formação rochosa em que se insere a Serra do Espinhaço, que percorre Minas desde as terras auríferas do centro, passa pelas áreas demarcadas para a exploração diamantina, nas proximidades do Arraial do Tejuco, até a Chapada Diamantina da Bahia. O que reconhecemos como um diferencial considerável, fato bastante reiterado nos relatos setecentistas, eram as dificuldades para se escalar a Serra.

Vários documentos afirmam que, a princípio, apenas por duas bocainas era possível, sem grandes esforços naquela época, chegar ao seu topo. Além disso, alegava-se que os diamantes nela produzidos seriam de pequeno tamanho, o que era usado para justificar a pouca importância dada pelos membros da administração diamantina às descobertas de fins da década de 1760. Para João Fernandes de Oliveira,⁴ ali só eram encontrados “olhos de mosquito”.⁵ Nos primeiros relatos após a confirmação da ocupação da Serra pelos garimpeiros, em que oficiais militares se ocupavam em justificar a pouca importância dada à região quando de sua descoberta oficial, já na década de 1780, outro argumento forte para explicar o tipo de ocupação da Serra seria a falta d’água em seu topo. No entanto, o esquadrinhamento cartográfico da região mostraria a existência de vários córregos, como o das Mortes, do Inferno, das Escuras, da Extrema e mais de 60 vertentes descendo serra abaixo em direção ao rio Itacambiraçu, situado, em alguns pontos, meia légua de suas fraldas.

A água era de suma importância para a exploração do diamante por permitir a lavagem do cascalho, onde a pedra era encontrada. Normalmente, o diamante era procurado nos leitos dos córregos e rios, mas também podia ser encontrado nas terras altas ou tabuleiros, havendo ainda, como no caso da

⁴ AHU. Cx. 99, doc. 15.

⁵ Designação utilizada até hoje para os diamantes miúdos.

Serra, “grupiaras nos altos que são encostas e fraldas de algumas serras; porém nestas aparecem mais raramente”, segundo Augusto de Lima Júnior (1945, p. 49), baseando-se em documento da Biblioteca Nacional de Lisboa de 1778. Se a água permitia a lavagem nas cheias de outubro a abril, também podia levar o cascalho, retirado a muito custo rio abaixo. O regime dos serviços era ditado pelas águas. Na seca, faziam-se os serviços nos córregos, como os desmontes; nas canoas, que eram canais forrados para onde as águas desviadas corriam, deixando no fundo ou nos filtros que as encerravam os diamantes, era necessário se retirar o cascalho e jogá-lo nas margens para o trabalho.

Normalmente, quando as autoridades discutiam a excessiva produção dos diamantes, o que depreciava os preços no mercado europeu, uma consequência – várias vezes apontada como herança da lógica exploratória dos contratadores – era a “ruína das Minas dos Diamantes” pela falta do que chamavam de uma “necessária economia no labor das terras”⁶ e especialmente das águas. Os administradores lembravam que sempre se optava pelo mais fácil, isto é, pelos córregos e ribeirões que desaguavam mais acima, quando entravam em qualquer rio, pois esses córregos não assoreados permitiam a instalação mais rápida dos serviços, feitos sem a preocupação de evitar que desmontes entulhassem as águas, dificultando ou, até mesmo, impossibilitando que no período das chuvas as áreas que ficavam para trás pudessem ter seus taboleiros explorados ou os seus leitões nas próximas secas.

Além da retenção das águas, as matas ciliares eram destruídas. Pelos contratos e, posteriormente, pelas ordens da Real Extração, eram os mesmos negros alugados para a extração dos diamantes que deveriam montar toda a estrutura básica para a exploração, como cercas, canoas e caminhos. Com isso, grandes quantidades de madeira eram extraídas nas proximidades dos córregos.

Outro aspecto importante para a instalação rápida de grandes contingentes populacionais na Serra, ao que parece menosprezado pelas autoridades portuguesas neste caso e em outras áreas, era a existência de fazendas formadas desde o final do século XVII nos arraiais e povoados a sua volta, como a de Itacambira e a do Brejo das Almas (hoje, Francisco Sá). Essas populações passavam naquele momento por um processo de enfraquecimento

⁶ Utilizamos aqui de uma avaliação contida na “Representação dos Administradores da Real Extração, nesta cidade, em razão da diminuição que o Emprezarario Gildemmaster fez na extracção dos cofres, e consumo dos Diamantes”, documento de 1771, quando as autoridades discutiam o novo regime de exploração e barganhavam os preços, perdas e ganhos (cf. REPRESENTAÇÃO, 1909, p. 202-211).

econômico, derivado da perda de alguns de seus mercados tradicionais, nas minas, pela substituição de seus produtos agrícolas e, principalmente, pecuários por outros oriundos de áreas mais próximas. Os próprios militares, ao começarem a se instalar na Serra, já chamavam atenção para esse processo: “em distância de uma ou duas léguas e pouco mais da mesma Serra há várias fazendas, que se não cultivam por não terem saída os gêneros”.⁷ Acreditamos ser possível afirmar uma coerência relativa entre administração e espaço natural, resultante da experiência exploratória dos mineiros e da ação de fiscalização do Estado. Essa afirmação é bastante pertinente para a área produtora de diamantes, a chamada *Demarcação Diamantina*. Estabelecida pela administração em 1734, e constantemente alargada ao longo do século XVIII, abarcava uma vasta região que de comum exibia uma formação geológica que propiciava a exploração de riqueza mas se espraiava por uma vastíssima e imprecisa porção da capitania. Sua administração estava voltada para as áreas mais produtivas, nas proximidades do arraial do Tejuco.

A demarcação dos terrenos diamantinos foi uma das primeiras preocupações da Coroa portuguesa, da qual se incumbiu Martinho de Mendonça de Pinna e Proença,⁸ sob a coordenação do intendente Rafael Pires Pardinho. O cuidado de Proença em assinalar “os limites certos do distrito” em que haveria de ser implantada a exploração sistemática dessa riqueza, até mesmo em detrimento de outras, já demonstrava que ali se pretendia organizar o trabalho sob novo regime, sem, no entanto, menosprezar a vasta experiência já adquirida pelas autoridades e técnicos na exploração das riquezas minerais na Capitania e em outros domínios.

O diamante exigia maior controle do território, o que fica patente diante da maior preocupação com o conhecimento cartográfico da região em comparação com a área aurífera. Da massa documental de mapas e da legislação sobre o tema, destacaremos alguns exemplos para dois momentos: a década de 1730, quando as primeiras demarcações foram feitas, e a década de 1780, período do anúncio oficial das riquezas da Serra.

⁷ APM. SC. Cód. 224, fl. 206.

⁸ Sobre as definições dadas por Proença, vale conferir a sua descrição em dois formatos: escrito e cartográfico. Os dois documentos são bastante conhecidos e divulgados, destacando-se o mapa “Demarcação da terra que produz diamantes”, que é atribuído a esse autor por vários estudiosos, inclusive os responsáveis pela exposição “Os mapas das Minas”, realizada em 2002, pelo Centro de Referência em Cartografia Histórica (Instituto Casa da Glória-Diamantina / Instituto de Geociências – Universidade Federal de Minas Gerais, IGC-UFMG). Cf. especificação escrita: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Manuscritos do Brasil, v. 32, fl. 12.

Em 1734, seis marcos padrões definiam os limites da primeira Demarcação, assim localizados: na barra do rio Inhaí; no córrego das Lages, uma légua acima da barra; no penhasco da Serra do Ó; no morro das Bandeirinhas; numa pedreira da Tromba da Anta; e na cabeceira do Rio Pardo. Já em meados de 1735, o intendente ampliava os limites dessa demarcação geográfica, incluindo novos córregos e chegando até locais mais distantes, como Rebelo. Em 1737, Gouveia era incluída na Demarcação por outro edital. Em 1739, o governador Gomes Freire de Andrade, através de um bando, também ampliaria a área demarcada, ordenando uma série de medidas para o controle da região. Nesse esforço, os rios Pardo, Grande e Jequitinhonha têm sua importância reforçada, especialmente este último, que, “em toda parte desta Capitania, fica proibido” (DO DESCOBRIMENTO, 1960, p. 123-160).

Essa legislação se fazia acompanhar por vasta documentação cartográfica. Em 1729, dois padres “matemáticos” da Companhia de Jesus, Diogo Soares e Domingos Capassi, vêm com a missão de fazer mapas de várias regiões da América portuguesa, o que incluía os sertões, justamente no ano do anúncio oficial das descobertas dos diamantes no Serro Frio. Eles nos deixaram quatro mapas da Capitania de Minas Gerais, que incluíam até mesmo as novas descobertas em Minas Novas. Já estariam presentes neles a serra de Itacambira e o rio Itacambiraçu, na porção mais ao norte. Em 1731, o capitão comandante da Companhia dos Dragões, José Rodrigues de Oliveira, produziu uma “Carta Topográfica das terras entre meyas do sertão e distrito do Serro Frio com as novas Minas de Diamantes” que seria oferecida por ele ao Cardeal da Mota. O mapa representa toda a Comarca do Serro Frio entre o rio das Velhas e os “sertões despovoados”. Na realidade, esses sertões eram habitados pelos botocudos: ao norte da Comarca, os rios Jequitinhonha e Araçuaí de um lado e do outro as cabeceiras do rio Verde e a Serra de Itacambira, sem que aparecesse a serra de Santo Antônio do Itacambiraçu nas proximidades. A carta abrange quase a totalidade da serra do Espinhaço meridional, entre Conceição do Mato Dentro e Itacambira, tendo no centro a Vila do Príncipe e o Arraial do Tejuco.

Na década de 1780, seriam traçados mais alguns mapas sobre o território demarcado. Um deles, o “Mapa da Demarcação acrescentado até o Rio Pardo” [ca. 1784], realizado por Antônio Pinto de Miranda, preocupava-se com a topografia e a hidrografia. Destacava, àquela altura, uma região que já estava

incorporada legalmente à Demarcação desde 1739: o rio Pardo. Acreditamos que o destaque devia-se à valoração das pedras desse rio naquela época, quando eram destacadas como boas e maiores, em comparação com as da Serra, por exemplo, o que nos levou a acreditar que a produção dessa documentação e a definição mais rígida para o território demarcado acompanharam diretamente o volume de diamantes produzido e os preços obtidos na Europa. Tais elementos explicam a confecção de um apurado mapa hidrográfico da Demarcação,⁹ no qual os 142 córregos e rios explorados estariam presentes em fins daquela década e o arraial do Tejuco seria colocado como seu eixo principal. Nesse mapa não verificamos um maior destaque para regiões como a Serra ou Abaeté, embora já fossem conhecidas desde 1781 e 1786, respectivamente, e tidas como áreas de grande produção.

Nesse sentido, acreditamos que a Serra, Abaeté e Indaiá, por exemplo, ostentassem a condição de “destacamentos”,¹⁰ pequenos distritos diamantinos distintos da Demarcação Diamantina, mas submetidos à Intendência e à Real Extração. Não conseguimos identificar em que momento a Coroa passa a não mais formalmente inserir locais como esses na Demarcação. Acreditamos que o abandono de tal medida de forma mais rígida possa ter coincido com a implantação do novo Regimento e da Real Extração, a partir de 1772.

Para várias autoridades da época, como o enviado do governador para as averiguações na Serra, José Joaquim de Sequeira e Almeida Carvalhaes, a situação que caracterizava a região só se tornou possível porque as vozes que ali corriam garantiam que “pessoas condecoradas estavam persuadidas que era lícito poderem ir trabalhar na Serra por não ser compreendida na Demarcação Diamantina, tendo sido a origem de concorrer tanto povo”.¹¹

Vale ressaltar, no entanto, que não menosprezamos o peso da jurisdição do intendente e de autoridades da administração diamantina para além da

⁹ Para a construção desse argumento, utilizamos dados fornecidos por Júnia Furtado (1996), E. Pijning (1997) e Augusto de Lima Júnior (1945, p. 173-174) sobre as variações de produção e de preço no mercado externo.

¹⁰ É interessante lembrar que este é um termo militar, usado até hoje, com o sentido de grupamento com ação independente, caráter temporário e missão tática definida. No entanto, acreditamos que o termo também era utilizado para identificar os pequenos distritos, justamente, pelo peso que os militares tinham nos serviços diamantinos, onde funções militares e exploratórias se confundiam.

¹¹ APM. SC. Cód. 224, fl. 161.

Júnia Furtado (1996, p. 202) afirma que quando a estrutura da administração diamantina começou a ser montada na Serra ela já seria incorporada como parte da Demarcação, no Governo de Luís da Cunha Meneses. Nós preferimos considerar a Serra, administrativamente, como um Destacamento Diamantino distinto, já que não localizamos a formalização desta inclusão. Joaquim F. dos Santos (1976, p. 149) foi o primeiro a afirmar que a Serra ficou compreendida na Demarcação por pertencer ao termo de Minas Novas.

Demarcação, não só na Comarca mas em toda Capitania, nos casos que envolvessem o seu tema: extravio, contrabando e novos descobertos. Tal flexibilidade permitia a presença de funcionários da administração diamantina em locais como Paracatu, desde 1749, para discutir o volume de sua produção diamantífera, sem que a região passasse a pertencer à Demarcação.¹²

Já a jurisdição dos contratadores, no período anterior à descoberta da Serra, era discutida entre as partes – representantes dos interesses régios e os contratantes – o que tornou possível, por exemplo, a inclusão das regiões diamantinas de Pilões e Rio Claro, pertencentes a Goiás, no terceiro contrato celebrado com os irmãos Caldeira Brant. Nesse caso, os contratadores sabiam das potencialidades do local e negociaram a sua inclusão.¹³

Aos olhos de um dos agentes que trabalhava longe do Tejuco, o doutor Diogo de Vasconcelos, que foi caixa da Extração Diamantina de Abaeté e Indaiá, uma das principais críticas à Administração Diamantina era justamente a pouca disposição das autoridades tejudanas para com as explorações naquela região. “Dando crédito a vozes populares, os administradores se não houveram com fidelidade e zelo que era de aguardar” em relação aos novos descobertos: crítica que também era feita sempre pelos administradores dos serviços na Serra. Por outra parte, ficava aparente a indisposição de Vasconcelos para com os tejudanos, que, segundo ele, “intimidados na presença dos sertões bravos e perigosos, desfalecessem, e que a muitas léguas da junta da extração, que aliás não era unânime no estabelecimento de novos serviços, carecessem de mão hábil que pusesse em atividade o préstimo de homens” (VASCONCELOS, 1994, p. 140).¹⁴

Dentre os argumentos que justificavam a manutenção dos serviços na região do Abaeté, encontramos alguns bem próximos daqueles utilizados para justificar a exploração da Serra: na região, os rios não demandavam grandes despesas para serem lavrados; o cascalho estava à flor da terra, o que diferenciava esses serviços dos feitos na Demarcação à custa de grandes desmontes naquela época, em fins do século XVIII.

¹² APM. SC. Cód. 230, fl. 22.

¹³ Júnia Furtado (2000, p. 28) afirma que os quatro irmãos Caldeira Brant foram sócios em vários negócios e se enriqueceram explorando a região de Pilões e Rio Claro em Goiás. Cf. as condições do contrato (DO DESCOBRIMENTO, 1960, p. 153-159), onde ficavam expressas também a definições espaciais do mesmo.

¹⁴ Utilizamos, sempre que possível, edições mais recentes de memórias e relatos, dando preferência às publicações da Coleção Mineiriana da Fundação João Pinheiro.

O “administrador de todas as tropas desta demarcação” (VASCONCELOS, 1994, p. 175) penava mesmo era com “a gente mandada do Tejuco, a maior parte (brancos e negros) despreparada para serviços diamantinos de um novo descoberto!” (VASCONCELOS, 1994, p. 179). Aquela seria uma nova demarcação a trazer novas riquezas, mas novos problemas também.

O estímulo e o controle das prospecções em terrenos diamantinos eram muito instáveis na política da Coroa. D. Rodrigo de Meneses, em 1782, afirmava não saber como se conduzir com base na legislação, já que, desde 1736, de acordo com um bando de aditamento ao Regimento de Minerar, o governador Gomes Freire de Andrade, sem determinar propriamente um sítio, ordenou que não se podia lançar posses nas extremidades não povoadas desta capitania sem licença sua ou de seus sucessores. Meneses, ao contrário, apontava os novos descobertos como solução para a decadência das Minas.¹⁵

George Duby, ao relembrar as razões para a escolha de seu tema de tese – sobre a sociedade feudal –, escrita em 1942, diz ter pensado aquela sociedade, cujas estruturas se formaram numa época em que as cidades e os comerciantes não contavam muito, com um olhar atizado pela geografia. Essa percepção permitiu-lhe explicar aquela paisagem francesa como resultado de uma prolongada elaboração, que foi moldada ao longo do tempo pela ação coletiva do grupo social instalado neste espaço e que o transformara continuamente. Ao seguir este caminho, antes de mais nada, ele pensou nos elementos físicos, modelados aos poucos por este grupo social, mas sem se esquecer das forças envolvidas, dos desejos destes homens, das configurações do grupo que empreendeu tal ação (DUBY, 1993, p. 12).

Um dos instrumentos importantes para tentar uma incursão pelo caminho trilhado por Duby pode ser encontrado nos mapas sobre a região estudada, pelo que revelam sobre a política criada pela Real Extração, órgão estatal encarregado do controle das novas pesquisas ou das áreas recém-descobertas naquele cenário.

Para o caso da Serra, existem pelo menos três mapas que representam importante fonte de informação sobre como aqueles homens, empenhados na conquista daquele espaço, viam a Serra. O mapa, se considerado como representação social do espaço, esforço intelectual para sua organização e tratamento, pode facilitar o entendimento do papel da ocupação da Serra no imaginário social daqueles homens.

¹⁵ APM. SC. Cód. 224, fl. 29-29v.

A relação é estabelecida especialmente com o relevo do terreno. Nos mapas, vemos uma preocupação constante com a representação da altitude. A distância entre os demais centros e o descoberto é bem marcada nas legendas, tornando os mapas, em alguns casos, espécies de roteiros. Mas, paradoxalmente, nota-se em outros documentos, a tentativa de se mostrar às autoridades lusas que havia uma presença efetiva das tropas militares na área, o que, a princípio, não deveria ter permitido a ocupação pelos garimpeiros.

O mapa também é tecnicamente um veículo de informações sobre elementos de uma área, atendo-se a uma localização, orientação e avaliação de distâncias. A análise desses elementos permite-nos utilizar de um outro relato, essencialmente descritivo, sobre aquele espaço, como nos ensina Paulo Knauss (1997, p. 135-141).

O rio Itacambiraçu e os trajetos até ele, no documento “Mapa do Rio Itacambiraçu e das Minas Novas”,¹⁶ aparecem partindo da Fazenda do Pé de Morro ou da Vila do Bom Sucesso e estão bem definidos. Nesse mapa, feito provavelmente em 1781, a Serra ganha em largura. A sua extensão iria da barra do córrego da Extrema por onze léguas do sul ao norte, chegando à margem meridional do córrego Vacaria. O seu ponto culminante estava definido defronte à fazenda Santo Antônio. Próximo a ela, a primeira bocaina, ‘por onde entravam os ladrões’. A uma légua desta, ao norte, a bocaina do Raio seria a melhor opção, por ser menos íngreme e mais larga. Seguindo pela Serra, haveria ainda uma terceira bocaina, por onde se poderia atravessar para a localidade denominada Taquaral, passar por um bosque e chegar ao córrego Ventania.

Em outro documento, o “Mapa do Itacambiraçu e das Minas Novas” [s/d]¹⁷ as informações são repetidas de maneira um pouco mais apurada. Talvez este mapa possa ser uma cópia do primeiro, feito por um cartógrafo com maiores recursos técnicos. Nele, a Vila de Bom Sucesso deixa de ser o centro irradiador e as localidades, passagens e quartéis aparecem com mais destaque. Vale lembrar que essa vila foi o ponto irradiador das primeiras ações repressivas na Serra, o que provavelmente explicaria o seu destaque no primeiro mapa. Além disso, a Serra, nesta representação, extrapola o limite do mapa anterior, indo além de Vacaria.

¹⁶ AHU. Col. Cartografia. Manuscritos (Ms.). MG, nº 1164.

¹⁷ AHU. Col. Cartografia. Ms. MG, nº 1165.

Em um terceiro documento, denominado “Mapa da Serra de Santo Antônio e seus contornos” [ca. 1781],¹⁸ voltado para o esquadramento da Serra e seus contornos, ela já aparece como continuação do Espinhaço, mais estreita, com as três bocainas marcadas por números e com o quartel já construído.

Nos três exemplos citados, a descrição é entendida como uma modalidade de enunciação que se distingue da narrativa. Segundo Louis Marin, “a operação descritiva tem como característica apresentar o objeto descrito de um ponto de vista exterior, sinóptico, como o apreendido de todos os ângulos e de nenhuma parte ao mesmo tempo” (apud KNAUSS, 1997, p. 135)

Em nosso caso, esta característica da tipologia documental fica patente se pensarmos que o “texto” que lemos no mapa descreve as condições de acesso, de exploração econômica e de defesa de uma região produtora de uma riqueza que se constituía em monopólio régio. Em alguns dos documentos cartográficos sobre a região, chama a atenção a diversidade de orientações, mesmo levando-se em conta a incipiente técnica da época. Acreditamos que essa imprecisão poderia ser uma estratégia para proteger as informações. Da mesma maneira, vemos a falta de preocupação com a datação e com a autoria do documento. Os temas indicados realçam as montanhas e os rios, fato representativo para se demonstrar tanto as dificuldades de acesso como as probabilidades de riqueza nos cascalhos nas margens destes rios e córregos. No século XVIII, assiste-se a uma progressiva valorização da paisagem construída, especialmente dos quartéis, registros, pontes e caminhos abertos.

Os caminhos são especialmente importantes nesta descrição fornecida pela cartografia. Hobsbawm (1976, p. 14) lembra que as ações dos bandidos são mais eficazes em áreas não cortadas por estradas e naquelas onde as estradas existentes têm o tráfego dos viajantes lento e difícil.

A conquista das fronteiras, propiciada pela abertura de estradas e pela instalação do aparato administrativo, implicaria outros esforços simultâneos para a gestão dos territórios e para que se assegurasse o poder do Estado na região.

No caso da Serra, em 1782, o comandante sugeria a construção de um novo quartel na estrada de Santo Antônio, por seguirem por ela todos os viandantes que marcham do Tejuco para a Bahia e sertões abaixo desviando do quartel a pouco construído nas proximidades.¹⁹

¹⁸ AHU. Col. Cartografia. Ms. MG, n° 1163.

¹⁹ APM. SC. Cód. 229, fl. 75 v.

A Serra, além de produtora de riquezas, tornava-se um ponto de apoio em uma rota alternativa para a Bahia criada pelos garimpeiros. Esses, deslocando-se para baixo do rio Pardo, em terras vertentes ao rio Jequitinhonha, passavam a exigir dos agentes militares que se colocasse uma patrulha pião a mais, que girasse da Passagem da Bahia às fazendas desta região, até uma localidade chamada Bananal. Daí chegariam de volta à estrada que sai da Passagem da Bahia para encontrar-se com a da Conquista, sem passar pelo rio Pardo.²⁰

Moacir Silva, ao tratar dos caminhos de Minas para a Bahia, apresenta dois outros possíveis itinerários, que seriam, em sua opinião, os mais usuais: um partindo de Santa Luzia e outro de São Manoel dos Coroados (próximo a Abre Campo) no século XVIII. Nos dois roteiros, temos o Tejuco a meio caminho. No primeiro, a partir desse arraial, passava-se a Remanso, Araçuaí, Piedade, Vila do Fanado, Chapada, Água Suja, Passagem da Bahia, Vacaria (bem próximo à Serra), Rio Pardo, Riacho Santo, Taboa e Currealinho, penetrando então em território baiano. No segundo itinerário, do Tejuco se passaria por Remanso, Pé de Morro, Santa Cruz, Padre Felipe, Itacambira, Su, Santa Quitéria, Boa Vista, Taperá, Peixe Brabo, Santa Maria e Rio Pardo, confundindo-se, neste ponto, com o caminho citado anteriormente (SILVA, 1934, p. 74-ss).

Caso tracemos os três roteiros sobre os mapas da região citados acima, uma das leituras possíveis seria a de importância estratégica da Serra como ponto de fuga em rotas clandestinas e como esconderijo para os “ladrões”, citados no mapa do Itacambiraçu. Nesses mapas, podemos perceber a definição de pelo menos dois caminhos nas proximidades da Serra. No mapa do Itacambiraçu, vemos a definição de que “aqui he que deve ser o novo quartel”, próximo a um dos caminhos, na altura da localidade chamada Boa Vista. No mapa da Serra, já encontramos o quartel pronto, devendo ser esse documento posterior a 1782.

Vale lembrar a essa altura que, para Jacques Revel, a representação do território no mapa, ou em outros suportes documentais, é, antes de tudo, um assunto do rei. O mapa se tornou, a partir do século XVI, na Europa, um substituto e um meio privilegiado de vontade política. “O mapa, investido de uma dupla função simbólica e prática, tornou-se uma das imagens do poder” (REVEL, 1989, p. 145). Dentre as suas utilidades, destacam-se, no caso aqui abordado, a gestão fiscal e a oportunidade para se fazer a guerra.

²⁰ APM. SC. Cód. 229, fl. 54.

Neste sentido, é interessante notar que o controle militar sobre a região e a perda de sua importância como alternativa dos “pés-rapados” à ordem colonial, em ação silenciosa, despreziosa na escolha de uma área de produção de pouco valor, fizeram a Serra e os registros sobre ela perder significância política a partir do início do século XIX. A Serra se abre então ao olhar dos estrangeiros, ao olhar da curiosidade científica, como o de Spix e de Martius, que a visitaram no princípio do século XIX.

O PARQUE E SEUS HABITANTES

O Parque Estadual de Grão Mogol hoje é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criado pelo Decreto 39.906/98 de 22/09/1998, cujos limites foram redefinidos pelo Decreto 45.243 de 14/12/2009, passando a ter a atual área de 28.404,4270 ha. Encontra-se inserido, em sua maior extensão, na Serra Geral que, na região, é conhecida por Serra da Bocaína. O Parque é constituído pelo vale do Rio do Bosque e rios menores. O relevo é predominantemente montanhoso, cortado por grandes chapadas como a Chapada do Bosque, a Chapada do Bosquinho e Chapada do Cardoso.

A vegetação da região é rasteira e de pequeno porte, uma formação típica de campos de altitude. Nas chapadas predominam os cerrados com suas variações, destacando cerrado baixo, representado por árvores como o pequiheiro e o pau terra, entre outras, e a caatinga arbustiva com a presença de espécies como bromélias e cactáceas.

Os campos de sempre vivas e os vales dos rios do Bosque e Ventania, são pontos marcantes da região de acordo com o texto institucional do Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais (IEF).²¹

A composição da flora desta região, também destacada como peculiar pelo órgão, apresenta inúmeras ocorrências de populações restritas àquele ambiente. Destaque para canelas de ema (velosíaceas), de grande importância ecológica. Existem, ainda, algumas formações de veredas isoladas, com uma discreta presença de buritis. No entanto, uma espécie foi decisiva na demarcação do Parque: o chamado *discocactus borstii*. A sua ocorrência, considerada endêmica na região da Serra, foi um dos principais motivos para a criação da Unidade de Conservação.

²¹ Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/areas-protetidas/202?task=view>. Consultado em 27/11/2012.

A fauna também foi destacada no processo de definição da área do Parque, uma vez que possui algumas espécies consideradas ameaçadas como o lobo-guará, a onça preta, a jaguatirica, o tamanduá bandeira, o tamanduá de colete, o tatu canastra, o macaco sauí, a lontra, dentre outras.

A importância hídrica do Parque Estadual de Grão Mogol, que está situado na bacia do rio Jequitinhonha, foi destacada por sua rede hidrográfica, com quase todos os rios perenes, mesmo estando em uma região extremamente seca. Tal característica reforça a importância da preservação dessa área para se garantir a vitalidade de seus cursos hídricos e suas inúmeras nascentes, que alimentam outras grandes bacias hidrográficas, com destaque para a Serra da Bocaina, importante área de recarga hídrica da região. Atualmente cerca de quinze a vinte famílias residem no Parque Estadual de Grão Mogol, dispersos nas regiões de Capão Grande, Bosque, Bosquinho e Cardoso. A Unidade possui apenas 17,21% de sua área regularizada. A morosidade do processo de desapropriação das áreas resulta em muitos conflitos com os moradores que, insatisfeitos por não poderem ampliar sua área de trabalho e nem tão pouco receberem indenização por parte do Estado, resistem em participar da gestão da Unidade, comprometendo a conservação e proteção da área que ocupam. Por outro lado, a existência de moradores expõe a área a maior número de ocorrência de incêndios florestais, uma vez que, impossibilitados de ampliar suas áreas de pastagens, acabam criando seu gado “na solta”, normalmente nas chapadas. Muitos moradores utilizam o fogo para renovação da pastagem ou limpeza de área de restos agrícolas, promovendo a propagação de incêndios na Unidade.

A redefinição dos limites da Unidade de Conservação, em 2009, teve como principal parâmetro a redução de moradores em seu interior, que antes somavam mais de cem famílias, incluindo outras áreas. Mas, o que levou o Estado a decretar como Parque uma área que abrigava tantos moradores?

O Parque Estadual de Grão Mogol foi implantado antes da Lei Federal 9.985/00, que estabelece a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e rege a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação no âmbito nacional. Essa lei torna obrigatória a realização de audiências públicas para a criação de uma Unidade de Conservação, como forma de resguardar as populações que já habitavam essas áreas. Nas audiências, os limites da área a ser decretada são apresentados à população, garantindo

a participação da comunidade no processo de criação, evitando-se futuros conflitos com o órgão gestor.

No caso da criação do Parque que analisamos aqui, pela ausência dessa lei, as audiências públicas não aconteceram e o resultado foi inevitavelmente o registro do Parque com uma área que abrigavam vários moradores na época de sua criação (1998). As ferramentas utilizadas para a demarcação da área foram o sobrevôo, carta geográfica do IBGE e suas cotas altimétricas. Dessa forma, os limites da Unidade não ficaram bem definidos em termos visuais. Hoje, todo esse trabalho é realizado de forma diferenciada, com atividades de campo mais minuciosas, com a participação da comunidade e aparelhos de georeferenciamento – que contribuem para melhor definição dos limites das novas áreas protegidas – e buscam conciliar a viabilidade ambiental e a social, aproveitando os limites naturais existentes e interagindo com a população.

Considerando a trajetória de institucionalização do Parque Estadual de Grão Mogol, cabe-nos no espaço deste artigo, pensarmos em quem são esses atuais moradores da Unidade de Conservação. Antigos garimpeiros? Herdeiros dos antigos garimpeiros? Possesiros?

Com a criação do Parque, as atividades de exploração mineral foram proibidas. Esses moradores, para garantir o sustento das suas famílias, enquanto aguardam o processo de desapropriação de suas áreas por parte do Estado, passaram a praticar a agricultura de subsistência e a criação de gado na solta. No entanto, é interessante ressaltar que, embora poucas famílias residam na Unidade, há muitas propriedades a serem desapropriadas. A regularização fundiária da Unidade de Conservação é um processo complexo e moroso, tanto pela dificuldade de recursos financeiros do Estado disponíveis quanto pela dificuldade de comprovação de propriedade dos moradores por meio de levantamento cartorial (comprovação de títulos). Enquanto a regularização não ocorre, os moradores permanecem na área, com suas limitações de trabalho.

Em 2006, havia cerca de sessenta famílias na Unidade, em estado de constante conflito com o órgão gestor. Nas regiões de Bocaina, Ventania, Taquaral, Cardoso e Andorinhas se registrava a maior concentração antrópica. Em 2009, buscando reduzir os conflitos sociais, mas sem perder de vista a garantia dos recursos naturais, foi redefinido, por meio de uma Lei, novo perímetro da Unidade, que passou a ter a área atual de 28.404,4870 (vinte e oito

mil, quatrocentos e quatro hectares, quarenta e oito ares e setenta centiares, para sermos exatas).

E o que ouvimos desses moradores? Constantes apelos para serem desapropriados. Não há, como antes, nenhuma resistência dos mesmos em desocupar a área. Eles apelam apenas pelos seus direitos, como legítimos ocupantes da área por gerações, e maior agilidade no processo. E em meio a uma prosa e outra ouvimos também saudosos relatos da história de suas vidas. Vidas que se baseavam na esperança de encontrar um diamante na Serra Geral. Vidas que se resumem a um passado, ainda presente em suas memórias: o tempo do garimpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendíamos, a princípio, analisar a ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu e as relações desse espaço com as ações coletivas ali desempenhadas pelos atores sociais, em dois momentos: fins do século XVIII e fins do século XX. Nesse percurso, fomos instigadas à procura dos diferenciais da Serra que teriam permitindo a permanência de garimpeiros em seu topo, por tanto tempo, no século XVIII. Tal perspectiva nos direcionou para três outras questões: Qual o papel de um descoberto distante da área central da Demarcação Diamantina em fins da década de 1760? A importância dessa demarcação de território seria a mesma depois da criação de uma empresa régia para a administração dessa riqueza? Quais eram realmente as dimensões das riquezas da Serra?

A primeira questão revelou-se a mais árdua. No entanto, acreditamos que a própria retomada desse outro modelo de demarcação de territórios diamantinos – os Destacamentos – que gravitavam como “satélites” em torno da Administração Diamantina, identificada por Ivana Parrela (2009), constitui um dos nortes de nosso trabalho conjunto. A hipótese inicial dessa autora era a de que a Serra não pertencia à Demarcação e, por isso, suas riquezas teriam sido menosprezadas, nos primeiros momentos, pelas autoridades; no entanto, após traçar o percurso documental até a Serra setecentista e confrontar com suas ocupações posteriores, a autora percebeu que a suposta rigidez demarcatória não teria sentido, não só pela substituição do explorador particular pelo funcionário régio, mas por conta da lógica de exploração daquele espaço pelos garimpeiros no século XVIII.

Na prática, locais como a Serra no setecentos mineiro se tornariam pontos de fuga para a população pobre das Minas, excluída das possibilidades de riqueza oferecidas pelas lavras diamantinas ou, mesmo, pelas auríferas, com as quais se misturavam. Como espaço para práticas ilícitas, a Serra não atrairia apenas o pequeno extrator, mas toda uma rede que iria deste mesmo pequeno extrator ao contrabandista internacional, como nos mostrou os trabalhos de E. Pijning (1997).

Pois o conflituoso caso aqui analisado sugere que os demais destacamentos também merecem uma análise mais acurada, para que possamos entender como a Coroa portuguesa geriu cada um desses descobertos em espaços e contextos diversos. As relações da administração dessas riquezas em Minas Gerais, na Bahia e nos descobertos pelos caminhos de Goiás e Cuiabá também merecem uma análise comparativa. Quanto às riquezas da Serra, resta a convicção de que elas não eram tão desprezíveis assim,²² e que boa parte delas chegou à Europa por vias escusas.

Nessas tentativas de dimensionar as riquezas daquela Serra, esbarramos em uma discussão muito cara àquela região – o sertão. Nas descrições da Serra e de outras paragens em seu entorno, deparamo-nos diversas vezes com a construção de uma imagem própria para aquele sertão; um diferencial, que seria o sertão diamantino. Acreditamos que, à medida que o interior foi se dando a conhecer no processo da colonização, os seus sertões foram sendo subdivididos e renomeados. Nesse caso, a porção ao norte da Demarcação, do Termo das Minas Novas até as terras diamantinas da Bahia, surgiria no século XVIII com essa imagem de um sertão potencialmente diamantino.

Ao tratar da mesma região a partir do final do século XX, verificamos o grande destaque dado à flora, à fauna e aos recursos hídricos no momento de

²² Em fins de 2002, a Fundação João Pinheiro lançou as “Obras várias de Virgil Von Helmreichen (1805-1852). Contribuições à geologia do Brasil” (HELMREICHEN, 2002). No trabalho, o autor que foi um dos primeiros viajantes estrangeiros a pesquisar a Serra de Grão Mogol, em 1846, afirma que as riquezas da Serra não eram desprezíveis. Seus diamantes eram claros ou de colorações claras e de boa qualidade mas, na maioria dos casos analisados, eram pequenos. O que corrobora nossas conclusões por meio de dados geológicos. Os descobertos nos cascalhos às margens dos córregos e ribeirões são descritos com uma outra cronologia. Teriam ocorrido entre 1781 e 1796, quando a Coroa teria desistido dos investimentos regulares na Serra, deixando apenas suas tropas para deter a sanha dos garimpeiros. No entanto, o que o teria levado a conhecer a Serra era a outra forma como se apresentavam os diamantes na região: incrustados no itacolomito duro. Helmreichen considerava que essa forma de apresentação, embora não fosse em maior escala, era a mais importante do ponto de vista científico para se obter dados sobre este tipo de ocorrência. De acordo com as informações levantadas pelo viajante, somente em 1827 é que estes veios teriam sido explorados. Na documentação analisada foram comuns os relatos sobre as detonações na Serra pelos garimpeiros. Talvez, já perseguissem esses veios de riqueza a bem mais tempo. Cf. Helmreichen (2002, p. 55-88).

criação do Parque Estadual de Grão Mogol. Novamente, essas definições de fronteira foram estabelecidas sem a participação da comunidade, ou seja, sem as ferramentas contemporâneas da consulta pública aos cidadãos. Ferramenta democrática somente estabelecida após a Lei do Snuc (Lei 9.985), de 2000. Em contrapartida, se a legislação não retroagiu, a população tem percorrido outros caminhos silenciosos de manifestação pela negação da existência do próprio Parque, como uma área de preservação ambiental, que não os considerou como parte do meio ambiente.²³

Após o decreto que estabeleceu a Unidade de Conservação, na categoria de Proteção Integral, o uso da área pela coletividade passaria a ser restrito, nela podendo ser realizada apenas pesquisas e turismo ecológico. O decreto deveria ser regulamentado, a curto prazo, por meio de um plano de manejo para o Parque. Toda e qualquer intervenção exploratória, ou de uso alternativo do ambiente, passariam a ser suspensas, em uma situação ideal.

Na realidade, com a criação da Unidade de Conservação, os moradores tiveram suas atividades restringidas pela impossibilidade de ampliar suas áreas de cultivo e pastagem, e o Estado – por meio do seu órgão responsável, o Instituto Estadual de Florestas – passou a administrar a área protegida. Diante desse novo cenário, alguns moradores abandonaram suas áreas e migraram para a cidade ou áreas do entorno em busca de mais flexibilidade para as atividades agrosilvipastoris, sem perder a Serra como referencial de suas memórias, como garimpeiros ou, simplesmente, como seus habitantes em um passado pouco definido de muitas gerações.

AN EIGHTEENTH-CENTURY PATH OF PROSPECTORS TO BAHIA, A FOREST PARK IN THE PRESENT: POSSIBLE DEBATES ABOUT THE ENVIRONMENTAL HISTORY AND THE MEMORY IN TWO MOMENTS OF THE OCCUPATION OF A DIAMOND MOUNTAIN IN MINAS GERAIS – BRAZIL

ABSTRACT

This article discusses the relation established with the space by residents of the Serra do Espinhaço, in the north of Minas Gerais (Brazil), at two different moments: in the end of the Eighteenth century, when the Sierra was occupied by the first diamond prospectors, and

²³ Como contraponto para análise do caso que discutimos, recorremos ao trabalho de Fernandes (2012).

in the end of the twentieth century, when part of the region has become the State Park of Grão Mogol. It discusses, even if in an incipient way, how these two historical moments are articulated as references in the memory of the residents of the area bounded by the new Park. It searches to verify if the residents that currently fight to remain in the space of the Park identify themselves as descendants of those who participated of the original occupation, in the Eighteenth century, occurred the margin of rules imposed by then Portuguese Colonial Empire.

KEYWORDS: *Diamond prospecting. Serra de Santo Antônio do Itacambiraçu. Serra do Espinhaço. State Park of Grão Mogol.*

REFERÊNCIAS

DEAN, W. **A ferro e a fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DO DESCOBRIMENTO dos diamantes, e diferentes métodos, que se tem praticado na sua extracção. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 80, 1960.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, 1991.

DUBY, G. **A história continua.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed. UFRJ, 1993.

FERNANDES, V. S. R. **Entre a regulação e a emancipação social:** desafios à continuidade do lugar frente ao Parque Nacional da Serra da Canastra – MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

FURTADO, J. F. **O livro da capa verde:** o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Estruturas sociais, interdições coloniais e o surgimento de Chica da Silva na Diamantina do século XVIII. **Cadernos do Leste**, v. 1, n. 2, p. 21-83, 2000.

HELMREICHEN, V. V. **Obras várias de Virgil Von Helmreichen (1805-1852).** Contribuições à geologia do Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

- HOBBSAWM, E. J. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- KNAUSS, P. Imagem do espaço, imagem da história: a representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 135-148, 1997.
- LIMA JUNIOR, A. de. **História dos diamantes nas Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1945.
- MACHADO FILHO, A. da M. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. São Paulo: Livraria Martins, 1957.
- PARRELA, I. D. **O teatro das desordens**. São Paulo: Annablume, 2009.
- PIJNING, E. **Controlling contraband: mentality, economy and society in eighteenth-century**. Maryland: Johns Hopkins University, 1997.
- REPRESENTAÇÃO dos Administradores da Real Extração, nesta cidade, em razão da diminuição que o Emprezaio Gildemmaster fez na extracção dos cofres, e consumo dos Diamantes. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 31, p. 202-211, 1909.
- REVEL, J. **A invenção da sociedade**. Lisboa: Difel, 1989.
- SILVA, M. **Kilômetro zero: caminhos antigos, estradas modernas**. Rio de Janeiro: São Benedito, 1934.
- SPIX e VON MARTIUS. **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- VASCONCELOS, D. P. R. de. **Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. [Coleção Mineiriana].